

BC alonga o prazo da dívida interna

GAZETA MERCANTIL

29 JUL 1993

Pública

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

Cerca de 10% da dívida mobiliária federal em poder do público estará com seu prazo alongado de 28 para 130 dias, caso o Banco Central venda o lote integral de 1 bilhão de Notas do Tesouro Nacional (NTN) indexadas à taxa de câmbio, que ele coloca à venda nesta manhã.

Com esta operação a autoridade monetária fecha um circuito de três leilões de papéis cambiais em uma semana e que podem recolher da economia US\$ 2,18 bilhões, no total.

Bancos e empresas, que emitiram bônus no exterior, além de investidores estrangeiros, mostram grande interesse pelos novos títulos — que entraram em circulação na última semana — com rentabilidade máxima de 17 e 17,48% ao ano e ontem já se acomodavam ao patamar de 15,5 a 15,9%.

Para o leilão de hoje, a expectativa preliminar é de rentabilidade entre 16,5 e 16,8% ao ano acima da correção cambial. No entanto, as instituições ainda revelavam dúvidas sobre um componente decisivo na formação do preço do título a ser encaminhado ao BC para o leilão: o efeito do

feriado de 3 de janeiro em Nova York, que, historicamente, faz com que o câmbio no Brasil passe por duplo reajuste dois dias antes. O fato de a autoridade monetária insistir na mudança do perfil da dívida e estar disposta a vender mais NTN cambiais, provocou efeito sobre os juros dos Bônus do Banco Central (BBC). A expectativa de que a oferta de BBC — títulos prefixados — será reduzida no leilão tradicional da terça-feira valorizou os títulos em circulação e também os negociados a termo.

Na medida em que os juros do governo interferem na estrutura completa de taxas do sistema financeiro, os CDB e CDI de 30 dias recuaram. A tendência declinante, embora discreta, foi alimentada pela expectativa de que governo, empresários e sindicalistas chegariam a um acordo sobre a política salarial de emergência.

À noite, já informados sobre a decisão pelo gatilho salarial de 10% (ver nesta página), executivos de grandes bancos consideravam o resultado uma vitória para os trabalhadores e situação ainda complicada para o governo, quanto ao efeito dos reajustes mensais sobre os preços.

Trouxe perturbação aos negócios a decisão do Conselho Monetário Nacional de eliminar das restrições ao financiamento do setor público as operações (ver acima) enquadradas como Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).

O posicionamento do conselho foi observado como um retrocesso na iniciativa de forçar o setor público a uma revisão de gastos.

Ontem, no mercado futuro de juros, o custo efetivo do dinheiro que será negociado em agosto disparou a 35%. O Índice Bovespa fechou com alta de 2,64%, após ter alcançado 3,5%. No mês, a Bolsa de Valores de São Paulo acumula perda de 7% sobre o dólar. A bolsa carioca, de 5,59%.

(Ver páginas 20 a 23)

A Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) começa a operar amanhã com contratos futuros do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A expectativa da instituição é de atrair para o mercado novos participantes, principalmente empresas que queiram proteger-se do risco de empréstimos indexados ao IGP-M.

(Ver página 22)